

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 15 |
|-------------------|----|

Capítulo I

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E DA JUSTIÇA GRATUITA

| | |
|--|----|
| 1.1. Constituição de 1934 | 17 |
| 1.2. Constituição de 1937 | 17 |
| 1.3. O Código de Processo Civil de 1939..... | 18 |
| 1.4. Constituição de 1946 | 19 |
| 1.5. A Lei 1.060/50 | 19 |
| 1.6. Constituição de 1967/69..... | 20 |
| 1.7. O Código de Processo Civil de 1973..... | 21 |
| 1.8. Constituição de 1988 | 21 |

Capítulo II

CONCEITOS E DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS.....

| | |
|---|----|
| 2.1. A desarmonia dos conceitos | 23 |
| 2.1.1. Quando a assistência judiciária é sinônima de justiça gratuita..... | 24 |
| 2.1.2. Quando a assistência judiciária é sinônima de órgão estatal..... | 26 |
| 2.1.3. A Constituição de 1988, a Defensoria Pública e a assistência jurídica: novos conflitos conceituais..... | 28 |
| 2.1.4. Síntese inicial | 30 |
| 2.2. Justiça Gratuita..... | 30 |
| 2.2.1. Conceito e natureza jurídica | 30 |
| 2.2.2. O que é necessário para obtê-la..... | 31 |
| 2.2.3. O que está abrangido por ela | 34 |
| 2.2.3.1. Exceções..... | 36 |
| 2.2.3.2. Casos Específicos | 37 |
| 2.2.3.2.1. Liquidação de sentença | 37 |
| 2.2.3.2.2. Ação rescisória..... | 39 |
| 2.2.3.3. Isenção parcial..... | 41 |
| 2.2.4. O momento e a instância em que pode ser concedida..... | 42 |
| 2.2.4.1. A análise da gratuidade judiciária na instância especial..... | 44 |
| 2.2.5. Quem são os beneficiários..... | 46 |
| 2.2.6. Condenação ao pagamento das despesas processuais | 50 |
| 2.2.7. Revogação | 51 |
| 2.3. Assistência..... | 52 |
| 2.3.1. Assistência Judiciária | 53 |
| 2.3.1.1. Assistência judiciária gratuita | 54 |
| 2.3.1.1.1. Modelos | 55 |

| | |
|---|----|
| 2.3.1.1.1.1. Instrumento de acesso à justiça | 55 |
| 2.3.1.1.1.2. Pro Bono..... | 55 |
| 2.3.1.1.1.3. Judicare | 56 |
| 2.3.1.1.1.4. Salaried Staff | 57 |
| 2.3.1.1.1.5. Misto ou híbrido | 58 |
| 2.3.1.1.2. Espécie de assistência jurídica | 58 |
| 2.3.1.1.3. Assistência judiciária gratuita prestada pelo Ministério Público | 59 |
| 2.3.1.1.3.1. A “lei ainda constitucional” | 59 |
| 2.3.1.1.3.2. Direito individual indisponível | 62 |
| 2.3.2. Assistência Jurídica | 62 |
| 2.3.2.1. Direito público subjetivo (direito fundamental social)..... | 65 |
| 2.3.2.2. Assistência jurídica integral e gratuita como serviço público..... | 67 |
| 2.3.2.3. A necessidade de comprovação da insuficiência de recursos..... | 68 |
| 2.3.2.4. Finalidade da assistência jurídica | 71 |
| 2.4. Defensoria Pública..... | 72 |
| 2.5. Distinções | 73 |

Capítulo III

LINEAMENTOS CONSTITUCIONAL E LEGAL

| | |
|--|-----------|
| DA DEFENSORIA PÚBLICA | 79 |
| 3.1. Previsão constitucional | 79 |
| 3.1.1. Função | 79 |
| 3.1.2. Competência administrativa | 80 |
| 3.1.3. Distribuição da competência legislativa..... | 80 |
| 3.1.4. Competência para a iniciativa do processo legislativo..... | 82 |
| 3.1.5. Lei Complementar e competência legislativa | 83 |
| 3.1.6. Medida Provisória | 85 |
| 3.1.7. Vedação ao exercício da advocacia fora das atribuições institucionais..... | 86 |
| 3.1.8. Autonomia funcional e administrativa | 88 |
| 3.1.8.1. Jurisprudência do STF: impossibilidade de vinculação a Secretaria de Estado | 90 |
| 3.1.8.2. Autonomia ≠ capacidade de iniciativa do processo legislativo..... | 92 |
| 3.1.9. Iniciativa da proposta orçamentária (autonomia financeira) | 92 |
| 3.1.10. Defensoria Pública nos Territórios | 93 |
| 3.1.11. Impossibilidade de instituição de Defensoria Pública Municipal | 94 |
| 3.2. Previsão legal..... | 95 |
| 3.2.1. Princípios Institucionais | 96 |
| 3.2.1.1. Unidade | 97 |
| 3.2.1.2. Indivisibilidade | 97 |
| 3.2.1.3. Independência funcional..... | 99 |
| 3.2.1.4. O Defensor Público <i>presenta</i> a Defensoria Pública | 100 |
| 3.2.2. Ramificações..... | 102 |
| 3.2.3. Objetivos | 102 |
| 3.2.4. Direitos dos assistidos | 104 |
| 3.2.4.1. O direito de ter a pretensão revista em caso de recusa de atuação. | 105 |
| 3.2.4.2. O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural | 107 |
| 3.2.4.3. A atuação de Defensores Públicos distintos | 107 |

Capítulo IV

| | |
|--|------------|
| DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO | 109 |
| 4.1. Âmbito de atuação | 109 |
| 4.2. Estrutura | 110 |
| 4.3. O Defensor Público-Geral Federal | 111 |
| 4.3.1. Requisitos para ocupar o cargo | 113 |
| 4.3.2. Investidura no cargo | 115 |
| 4.3.3. Recondução | 116 |
| 4.4. O Subdefensor Público-Geral Federal | 116 |
| 4.4.1. Atribuições | 116 |
| 4.4.2. Requisitos para investidura no cargo | 116 |
| 4.4.3. A possibilidade de existência de mais de um Subdefensor Público-Geral Federal | 117 |
| 4.4.4. Recondução | 118 |
| 4.5. Conselho Superior da Defensoria Pública da União | 119 |
| 4.5.1. Composição | 119 |
| 4.5.2. Eleição dos membros | 120 |
| 4.5.3. Deliberações | 120 |
| 4.5.4. Atribuições | 120 |
| 4.6. Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União | 122 |
| 4.6.1. Corregedor-Geral | 122 |
| 4.6.2. Atribuições da Corregedoria | 122 |
| 4.7. Câmaras de Coordenação | 123 |
| 4.7.1. Enunciados | 125 |
| 4.8. Escola Superior | 126 |
| 4.9. Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal e Territórios | 127 |
| 4.10. Núcleos | 127 |

Capítulo V

| | |
|--|------------|
| DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS | 129 |
| 5.1. Âmbito de atuação | 129 |
| 5.2. Estrutura | 130 |
| 5.3. O Defensor Público-Geral do Distrito Federal e dos Territórios | 131 |
| 5.3.1. Requisitos para ocupar o cargo | 132 |
| 5.3.2. Investidura no cargo | 133 |
| 5.3.3. Recondução | 134 |
| 5.4. O Subdefensor Público-Geral do Distrito Federal e dos Territórios | 134 |
| 5.4.1. Atribuições | 134 |
| 5.4.2. Requisitos para investidura no cargo | 135 |
| 5.4.3. Recondução | 135 |
| 5.5. Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios | 136 |
| 5.5.1. Composição | 136 |
| 5.5.2. Eleição dos membros | 136 |
| 5.5.3. Deliberações | 137 |
| 5.5.4. Atribuições | 138 |
| 5.6. Corregedoria-Geral | 139 |
| 5.6.1. Corregedor-Geral | 140 |
| 5.6.2. Atribuições | 140 |

Capítulo VI

| | |
|--|------------|
| DEFENSORIA PÚBLICA DOS ESTADOS | 143 |
| 6.1. Considerações iniciais | 143 |
| 6.2. Âmbito de atuação | 143 |
| 6.3. Estrutura | 146 |
| 6.4. O Defensor Público-Geral do Estado | 147 |
| 6.4.1. Requisitos para ocupar o cargo | 147 |
| 6.4.2. Investidura no cargo | 149 |
| 6.4.3. Mandato e recondução | 150 |
| 6.5. O Subdefensor Público-Geral do Estado | 150 |
| 6.5.1. Atribuições | 150 |
| 6.5.2. Requisitos para investidura no cargo | 150 |
| 6.5.3. A possibilidade de existência de mais de um Subdefensor Público-Geral do Estado | 151 |
| 6.5.4. Recondução | 152 |
| 6.6. Conselho Superior | 152 |
| 6.6.1. Composição | 152 |
| 6.6.2. Eleição dos membros | 152 |
| 6.6.3. Deliberações | 153 |
| 6.6.4. Atribuições | 153 |
| 6.7. Corregedoria-Geral | 154 |
| 6.7.1. Corregedor-Geral | 154 |
| 6.7.2. Atribuições | 155 |
| 6.8. Ouvidoria-Geral | 156 |
| 6.8.1. Ouvidor-Geral | 158 |
| 6.9. Núcleos | 158 |
| 6.10. Órgãos auxiliares | 159 |
| 6.11. A regulamentação da autonomia da Defensoria Pública do Estado | 159 |

Capítulo VII

| | |
|--|------------|
| ATRIBUIÇÕES | 163 |
| 7.1. Considerações iniciais | 163 |
| 7.1.1. Função típica | 164 |
| 7.1.2. Função atípica | 165 |
| 7.1.3. A jurisprudência do STF e a divisão das funções da Defensoria Pública | 168 |
| 7.2. Atribuições típicas | 172 |
| 7.2.1. Hipossuficiência financeira | 172 |
| 7.2.1.1. Comprovação de insuficiência de recursos | 173 |
| 7.2.2. Averiguação prática da hipossuficiência financeira | 174 |
| 7.2.3. Alteração da condição financeira do assistido (rebus sic stantibus): revogação da assistência jurídica | 176 |
| 7.2.4. Enumeração legal das atribuições da Defensoria Pública | 177 |
| 7.2.5. Assistência jurídica extrajudicial | 179 |
| 7.2.5.1. Consultoria jurídica e o caráter inibidor de conflitos | 180 |
| 7.2.5.2. Solução extrajudicial de conflitos | 181 |
| 7.2.5.2.1. A transação relativa a alimentos no Estatuto do Idoso | 183 |

| | | |
|----------------|--|-----|
| 7.2.5.2.2. | Câmaras de Conciliação Previdenciária: a experiência da Defensoria Pública da União..... | 183 |
| 7.2.5.3. | Assistência nos processos administrativos..... | 184 |
| 7.2.6. | Assistência judiciária..... | 186 |
| 7.2.6.1. | Supremo Tribunal Federal..... | 186 |
| 7.2.6.2. | Superior Tribunal de Justiça..... | 190 |
| 7.3. | Atribuições atípicas..... | 192 |
| 7.3.1. | Classificação das funções atípicas..... | 193 |
| 7.3.2. | Hipossuficiência jurídica..... | 193 |
| 7.3.2.1. | Curadoria especial..... | 194 |
| 7.3.2.1.1. | Fundamento..... | 194 |
| 7.3.2.1.2. | Hipóteses..... | 194 |
| 7.3.2.1.2.1. | Incapaz..... | 195 |
| 7.3.2.1.2.2. | Réu preso, ou réu revel citado por edital ou por hora certa..... | 195 |
| 7.3.2.1.2.3. | Citando impossibilitado de receber citação..... | 198 |
| 7.3.2.1.3. | Réus incertos e indeterminados..... | 198 |
| 7.3.2.1.4. | Nomeação da Defensoria Pública..... | 199 |
| 7.3.2.1.5. | Poderes do curador especial..... | 200 |
| 7.3.2.1.5.1. | Defesa genérica..... | 201 |
| 7.3.2.1.5.1.1. | Contestação..... | 201 |
| 7.3.2.1.5.1.2. | Embargos monitórios..... | 202 |
| 7.3.2.1.6. | Embargos à execução..... | 204 |
| 7.3.2.1.6.1. | Desnecessidade de garantia do juízo..... | 206 |
| 7.3.2.1.6.2. | Arguição de prescrição pelo curador especial..... | 208 |
| 7.3.2.1.7. | Prazos impróprios..... | 209 |
| 7.3.2.1.8. | Justiça gratuita e curadoria especial..... | 209 |
| 7.3.2.1.9. | O término da curadoria especial..... | 211 |
| 7.3.2.2. | Defesa no processo penal..... | 212 |
| 7.3.2.2.1. | A garantia do exercício efetivo do contraditório e da ampla defesa..... | 212 |
| 7.3.2.2.2. | A defesa técnica e a Defensoria Pública..... | 215 |
| 7.3.2.2.2.1. | O início da atuação: momentos chaves..... | 217 |
| 7.3.2.2.2.2. | A intimação prévia do réu para constituir novo advogado..... | 219 |
| 7.3.2.2.2.3. | Jurisdição, instâncias e juízos..... | 221 |
| 7.3.2.2.2.3.1. | As limitações na atuação penal..... | 221 |
| 7.3.2.2.2.3.2. | Jurisdição..... | 221 |
| 7.3.2.2.2.3.3. | Instâncias..... | 222 |
| 7.3.2.2.2.3.4. | Juízos..... | 222 |
| 7.3.2.2.2.4. | Tribunal do Júri..... | 223 |
| 7.3.2.3. | A comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública..... | 224 |
| 7.3.2.3.1. | Requisito..... | 225 |
| 7.3.2.3.2. | Objetivos..... | 225 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| 7.2.3.3.3. | A documentação a ser encaminhada à Defensoria Pública..... | 227 |
| 7.2.3.3.4. | Prisão em flagrante ou prisão cautelar?..... | 227 |
| 7.3.2.4. | Execução Penal..... | 228 |
| 7.3.3. | Hipossuficiência organizacional: tutela coletiva | 230 |
| 7.3.3.1. | Evolução legislativa | 230 |
| 7.3.3.1.1. | Lei Complementar 80/94 | 230 |
| 7.3.3.1.2. | Código de Defesa e Proteção do Consumidor | 231 |
| 7.3.3.1.3. | Lei da Ação Civil Pública | 232 |
| 7.3.3.1.4. | A Lei Complementar 132/09 e novamente a Lei Complementar 80/94..... | 234 |
| 7.3.3.2. | Argumentos contrários à legitimação..... | 235 |
| 7.3.3.3. | A legitimação da Defensoria Pública | 236 |
| 7.3.3.3.1. | A ampliação do conceito de necessidade e o direito de acesso à justiça | 236 |
| 7.3.3.3.2. | Inexistência de restrição constitucional apenas à defesa de direitos individuais..... | 237 |
| 7.3.3.3.3. | A carência econômica é requisito para a tutela individual, e não para a tutela coletiva..... | 238 |
| 7.3.3.3.4. | Inexistência de sobreposição a função institucional do Ministério Público..... | 240 |
| 7.3.3.3.5. | Os direitos tutelados..... | 240 |
| 7.3.3.3.5.1. | Aspecto subjetivo..... | 240 |
| 7.3.3.3.5.2. | Aspecto objetivo..... | 246 |
| 7.3.3.3.6. | O compromisso de ajustamento de conduta firmado pela Defensoria Pública | 248 |

Capítulo VIII

| | | |
|------------------------|---|-----|
| A CARREIRA..... | 249 | |
| 8.1. | Introdução..... | 249 |
| 8.2. | Forma de Ingresso | 250 |
| 8.2.1. | Distinções entre os ramos..... | 252 |
| 8.2.1.1. | Defensoria Pública da União..... | 252 |
| 8.2.1.2. | Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios | 253 |
| 8.2.1.3. | Defensoria Pública dos Estados | 254 |
| 8.2.2. | Regra de transição | 254 |
| 8.2.3. | Cisão de carreira e aproveitamento na Defensoria Pública | 256 |
| 8.2.4. | Contratação temporária | 258 |
| 8.3. | Atribuições dos Defensores Públicos | 260 |
| 8.4. | Defensoria Pública da União..... | 263 |
| 8.4.1. | Critérios para definir o campo de atuação | 263 |
| 8.4.2. | Defensor Público Federal de 2ª Categoria..... | 265 |
| 8.4.3. | Defensor Público Federal de 1ª Categoria..... | 268 |
| 8.4.4. | Defensor Público Federal de Categoria Especial | 271 |
| 8.5. | Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios | 271 |
| 8.5.1. | Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de 2ª Categoria..... | 272 |
| 8.5.2. | Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de 1ª Categoria..... | 272 |

| | |
|--|-----|
| 8.5.3. Defensor Público do Distrito Federal e dos Territórios de Categoria Especial..... | 273 |
| 8.6. Defensoria Pública dos Estados..... | 273 |
| 8.6.1. Denominação..... | 274 |
| 8.6.2. Quadro da carreira..... | 274 |
| 8.6.3. Atribuições..... | 275 |
| 8.7. Os Defensores Públicos-Gerais..... | 275 |
| 8.8. Atuação nos Tribunais Superiores..... | 276 |
| 8.8.1. Os Tribunais Superiores na Constituição Federal..... | 276 |
| 8.8.2. Os Tribunais Superiores na Lei Complementar 80/94..... | 277 |
| 8.8.2.1. O TSE, o TST e o STM..... | 277 |
| 8.8.2.2. Superior Tribunal de Justiça..... | 278 |
| 8.9. Prerrogativa de foro..... | 283 |
| 8.9.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal..... | 283 |
| 8.9.2. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça..... | 285 |
| 8.10. Promoção..... | 287 |
| 8.10.1. Promoção per saltum..... | 289 |
| 8.10.2. Recusa à promoção..... | 290 |
| 8.10.3. Despromoção..... | 290 |
| 8.11. Remoção..... | 293 |
| 8.11.1. A pedido..... | 293 |
| 8.11.2. Por permuta..... | 294 |
| 8.11.3. Compulsória..... | 296 |

Capítulo IX

| | |
|--|------------|
| PRERROGATIVAS..... | 297 |
| 9.1. Intimação pessoal e prazo em dobro: pontos em comum..... | 300 |
| 9.1.1. Base normativa..... | 301 |
| 9.1.2. Sucessão de leis e a derrogação da Lei 1.060/50..... | 302 |
| 9.1.3. A manutenção das prerrogativas da Lei 1.060/50 para quem exerce cargo equivalente ao de Defensor Público..... | 303 |
| 9.1.4. Quem tem direito às prerrogativas..... | 305 |
| 9.1.5. A amplitude das prerrogativas: qualquer processo e grau de jurisdição..... | 310 |
| 9.1.6. Desnecessidade de requerimento..... | 311 |
| 9.1.7. Processo administrativo..... | 312 |
| 9.1.8. Juizado Especial..... | 314 |
| 9.2. Intimação pessoal mediante entrega dos autos..... | 315 |
| 9.2.1. Destinatário da intimação pessoal: a Defensoria ou o Defensor?..... | 317 |
| 9.2.2. Espécies de intimação pessoal..... | 320 |
| 9.2.3. Ausência de intimação pessoal..... | 323 |
| 9.2.3.1. Premissas..... | 323 |
| 9.2.3.2. Fundamento..... | 325 |
| 9.2.3.3. Convalidação..... | 327 |
| 9.2.4. Remédios processuais para invalidar a irregularidade..... | 331 |
| 9.2.4.1. Antes do trânsito em julgado..... | 331 |
| 9.2.4.2. Após o trânsito em julgado..... | 332 |
| 9.3. Prazo em dobro..... | 334 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 9.3.1. | A razão do prazo em dobro e o processo penal | 334 |
| 9.3.2. | Que prazos são contados em dobro? | 336 |
| 9.3.2.1. | Ação rescisória | 337 |
| 9.3.2.2. | Mandado de Segurança | 337 |
| 9.3.2.3. | Ação cautelar e ação principal..... | 338 |
| 9.3.2.4. | Embargos do devedor..... | 338 |
| 9.3.2.5. | Lei 9.800/99 (<i>fac-símile</i>)..... | 340 |
| 9.3.3. | Início do prazo..... | 341 |
| 9.3.4. | Os recursos | 343 |
| 9.4. | Requisição | 344 |
| 9.4.1. | Natureza jurídica | 345 |
| 9.4.2. | Destinatários | 345 |
| 9.4.3. | Abrangência..... | 348 |
| 9.4.4. | O que é passível de requisição..... | 348 |
| 9.5. | Representação do assistido por vínculo estatutário | 350 |
| 9.5.1. | Retrospecto normativo..... | 350 |
| 9.5.2. | Natureza jurídica | 351 |
| 9.5.3. | A outorga de poderes especiais..... | 354 |
| 9.6. | O Defensor Público como testemunha | 355 |
| 9.6.1. | Fundamento | 356 |
| 9.6.2. | Desvinculação entre os fatos e o exercício da função | 356 |
| 9.6.3. | A extensão da prerrogativa | 357 |
| 9.6.4. | A necessidade de ajuste prévio | 357 |
| 9.6.5. | O conteúdo do ajuste | 358 |
| 9.6.6. | Perda da prerrogativa..... | 358 |
| 9.7. | Recusa de patrocínio de demanda judicial | 359 |
| 9.7.1. | Exteriorização da independência funcional..... | 359 |
| 9.7.2. | Hipóteses de recusa | 360 |
| 9.7.2.1. | Ação manifestamente incabível..... | 360 |
| 9.7.2.2. | Ação inconveniente aos interesses da parte | 361 |
| 9.7.3. | A recusa como controle de legalidade e de conveniência | 362 |
| 9.7.4. | Abrangência temática | 362 |
| 9.7.5. | Comunicação ao Defensor Público-Geral e a discordância do arquivamento | 362 |
| 9.7.6. | Extensão da prerrogativa | 364 |
| 9.7.7. | Peculiaridades da Defensoria Pública da União..... | 365 |
| 9.7.7.1. | As Câmaras de Coordenação..... | 365 |
| 9.7.7.2. | O arquivamento pela não interposição de recursos | 366 |
| 9.8. | Regime de tratamento..... | 367 |
| 9.9. | Vista pessoal dos processos..... | 367 |
| 9.10. | Manifestação por cota..... | 368 |
| 9.11. | A infração penal e o Defensor Público..... | 369 |
| 9.12. | A paridade processual com o Ministério Público..... | 375 |
| 9.13. | Demais prerrogativas..... | 376 |
| 9.14. | A defesa das prerrogativas..... | 380 |

| | |
|--|------------|
| Capítulo X | |
| DAS GARANTIAS E DOS DIREITOS | 383 |
| 10.1. Garantias..... | 383 |
| 10.1.1. Independência funcional..... | 385 |
| 10.1.2. Inamovibilidade..... | 387 |
| 10.1.2.1. Designação extraordinária..... | 388 |
| 10.1.2.2. Remoção compulsória e inconstitucionalidade..... | 389 |
| 10.1.2.3. Violações | 393 |
| 10.1.3. Irredutibilidade de vencimentos | 395 |
| 10.1.3.1. Vencimentos ou subsídios? | 395 |
| 10.1.3.2. A garantia constitucional..... | 396 |
| 10.1.4. Defensor Natural: o princípio e o direito do assistido..... | 397 |
| 10.1.4.1. O princípio..... | 397 |
| 10.1.4.2. O direito do assistido..... | 399 |
| 10.1.5. Estabilidade | 400 |
| 10.2. Direitos | 404 |
| 10.2.1. Remuneração | 404 |
| 10.2.1.1. Proibição de vinculação ou equiparação | 404 |
| 10.2.1.2. O regime remuneratório anterior à Lei Complementar 98, de 3.12.1999 | 407 |
| 10.2.2. Férias | 409 |
| 10.2.3. Afastamentos | 411 |
| Capítulo XI | |
| DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL | 415 |
| 11.1. Enquadramento legal..... | 415 |
| 11.2. Condutas ativas e condutas omissivas..... | 416 |
| 11.3. Dos Deveres..... | 416 |
| 11.3.1. Esclarecimento inicial | 416 |
| 11.3.2. Enumeração legal | 417 |
| 11.4. Das Proibições..... | 424 |
| 11.5. Dos Impedimentos..... | 430 |
| 11.6. Da Responsabilidade Funcional | 433 |
| 11.6.1. Das correições | 433 |
| 11.6.2. Infrações disciplinares..... | 435 |
| 11.6.3. Revisão disciplinar | 437 |
| Capítulo XII | |
| O DEFENSOR PÚBLICO E O ADVOGADO: DIFERENÇAS..... | 439 |
| Capítulo XIII | |
| TEMAS CORRELATOS..... | 447 |
| 13.1. A problemática dos honorários advocatícios..... | 447 |
| 13.1.1. Os honorários advocatícios e o Defensor Público..... | 447 |
| 13.1.2. Os honorários advocatícios e a Defensoria Pública | 449 |

| | |
|--|------------|
| 13.2. A assistência jurídica integral e gratuita e as pessoas jurídicas..... | 452 |
| 13.2.1. A assistência prestada a pessoas jurídicas | 452 |
| 13.2.2. A assistência prestada contra pessoas jurídicas | 454 |
| Capítulo XIV | |
| ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUSTIÇA GRATUITA | |
| E DEFENSORIA PÚBLICA NA LEGISLAÇÃO | 457 |
| Capítulo XV | |
| QUESTÕES DE CONCURSOS DA DEFENSORIA PÚBLICA..... | 469 |
| Capítulo XVI | |
| ENUNCIADOS DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO | |
| DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO | 543 |
| BIBLIOGRAFIA | 549 |